



GT11 - Política da Educação Superior – Trabalho 290

## INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: MOVIMENTOS E TENSIONAMENTOS CONTEMPORÂNEOS

Marlize Rubin-Oliveira - UTFPR/PPGDR

Giovanna Pezarico - UTFPR/PPGDR

Nilson de Farias - UTFPR/PPGDR

Agência Financiadora: CNPq/Universal

### **Resumo**

O presente artigo é resultado de estudo que objetivou, a partir da problematização do conceito de internacionalização da Educação Superior, compreender movimentos e tensionamentos relativos à racionalidade hegemônica que a sustenta. A análise estruturou-se em três momentos. O primeiro dedicou-se à refletir orientações de documentos elaborados por organismos internacionais. O segundo, apresenta relações entre tais alinhamentos e o cenário das políticas públicas no panorama brasileiro. Por fim, buscou-se problematizar as assimetrias presentes nas relações centro-periferia e Norte-Sul, com especial ênfase no espaço latinoamericano, bem como, reconhecer nas singularidades das Epistemologias do Sul, possibilidades de tensionamento no âmbito da internacionalização da Educação Superior. Ficou evidente a necessidade de ultrapassar a perspectiva contemplativa de análises que reforçam o caráter desigual das relações centro-periferia como circunstâncias postas, sem possibilidades de tensionamentos e resistências.

**Palavras-Chave:** Internacionalização da Educação Superior; Racionalidade hegemônica. Movimentos e Tensionamentos.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo é resultado de estudo que objetivou, a partir da problematização do conceito de internacionalização da Educação Superior, compreender movimentos e tensionamentos relativos à racionalidade hegemônica que a sustenta. Para tanto, a análise estruturou-se em três momentos. O primeiro dedicou-se à refletir orientações de documentos elaborados por organismos internacionais com força política alinhados às razões concebidas para a internacionalização. O segundo, como decorrência, apresenta relações entre tais alinhamentos e o cenário das políticas públicas no panorama brasileiro.

Por fim, o terceiro momento, buscou problematizar as assimetrias presentes nas relações centro-periferia e Norte-Sul, com especial ênfase no espaço latinoamericano, bem como, reconhecer nas singularidades das Epistemologias do Sul possibilidades de tensionamento no âmbito da internacionalização da Educação Superior.

Assume-se como premissa a concepção de que a universidade<sup>1</sup> é um espaço privilegiado de produção de conhecimento. Entretanto, é necessário reconhecê-la como legitimadora de modelos de fazer ciência, nem sempre explicitados, mas também como espaço de construção de resistências e tensionamentos. A universidade historicamente desempenhou papel de destaque no contexto de consolidação e legitimação dos pressupostos da ciência moderna. A luta histórica pela valorização e legitimação da ciência, encontrou nas universidades espaço fértil e propício ao desenvolvimento do pensamento que sobreviveu e sobrevive ao caminhar dos tempos. A universidade como espaço “privilegiado da produção de alta cultura e conhecimento científico avançado é um fenômeno do século XIX, do período capitalista liberal, e o modelo de universidade que melhor traduz é o modelo alemão, da Universidade de Humboldt” (SOUSA SANTOS, 1997, p. 193).

A universidade moderna, de inspiração alemã, objetivava como tarefas “de um lado, a promoção do desenvolvimento máximo da ciência, e de outro, a produção do conteúdo responsável pela formação intelectual e moral da nação” (PEREIRA, 2009, p. 31). Tal modelo apresentava como princípios orientadores, a autonomia e a liberdade da administração da instituição e da ciência que produz. Por sua vez, a ciência é compreendida como um problema que nunca pode ser totalmente resolvido. Portanto, a pesquisa se transforma num esforço infinito, não estando vinculado a um interesse imediato e pragmático. Trata-se de um *lócus* no qual a verdade deve ser buscada sem qualquer constrangimento. “O conhecimento precisa ser assimilado de tal modo que o entendimento, o saber e a criação intelectual adquiram relevância em virtude de sua precisão, harmonia e beleza internas, ao invés de ser valorizado devido a motivações externas à atividade científica” (Idem, 2009, p. 36). Logo, a universidade se tornou um espaço privilegiado para construção e usufruto daquilo que Santos (2015, p.20) denominou de “unicidade da técnica, convergência dos momentos e o conhecimento do

---

<sup>1</sup> “Comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior”, [...] tornou-se o elemento central dos sistemas de ensino superior [...] (CHARLES e VERGER, 1996, p. 7-8).

planeta”. O autor afirma que é nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir o que ele definiu como “globalização perversa”.

No contexto do capitalismo global, o conhecimento assumiu um papel com novas características se comparado à gênese da racionalidade técnica instrumental (modernidade). Nesse momento assumiu características de força produtiva, alçado à condição de principal capital associado ao constructo da Sociedade da Informação ou da Era do Conhecimento. Assim, a universidade construiu conceitos e técnicas que dão suporte a tais constructos. O espaço de tensionamento e resistência pode ocorrer, no entanto, se “essa mesma base material servir a outros objetivos, se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos” (SANTOS, 2015, p.20), necessárias à construção de uma outra globalização. Outrossim, a universidade poderá ser um dos agentes propulsores da globalização perversa. Basta observar às “*research universities*” (sobretudo estadunidenses, essencialmente buscando atender às necessidades do mercado), designadas por Pereira e Almeida, de “Universidades da Globalização” (2009, p. 16). Pressupostos da ciência moderna como neutralidade, dualidade e fragmentação construíram uma ideia de conhecimento positivo, acima das ambições humanas. Essa ideia não é apenas uma forma ingênua de perceber a produção de conhecimento, como é também, uma forma de legitimação, dominação e poder. O conhecimento que se inscreve na busca da autonomia deve, em primeiro lugar, se reconhecer como profundamente imbricado das relações que estabelece. Dessa forma, ele se reconhece como histórico e socialmente produzido, dependente das condições de sua produção.

A partir da perspectiva que reconhece a universidade como profundamente imbricada nas relações históricas e sociais, compreendemos que as demandas atuais para a universidade são múltiplas, díspares e atreladas, sobretudo, às novas configurações econômicas e sociais. É hoje notável um predomínio de julgamentos no sentido de que a universidade deve ser o motor das transformações exigidas pela nova economia de mercado. Para Sousa Santos (2011, p. 20) “o paradigma institucional da universidade tem de ser substituído por um paradigma empresarial a que devem estar sujeitas tanto as universidades públicas, como as privadas,” objetivando o desenho de um mercado global a fim de maximizar sua rentabilidade.

O contexto emergente de mundialização do capital trouxe à ES movimentos de continuidade de sua expansão. Se os primeiros movimentos se dedicaram à verticalização das instituições nacionais, ampliação de cursos e de vagas, os movimentos seguintes, intensificaram a expansão sob a perspectiva de um mercado a ser explorado. Podemos

considerar esse processo como construção de uma “fetichização” quando a internacionalização da ES é construída como critério de qualidade e formação diferenciada. Frente a tais investidas, a missão da universidade moderna está comprometida. É outra a universidade que se vê brotar no terreno da mundialização do capital. O comércio internacional entra no espaço da educação superior e a universidade transforma-se numa empresa de prestação de serviços “*a la carte*”. Nada se oferece de graça. Tudo se vende. No lugar da formação intelectual e moral, entra a instrução para o mercado de trabalho. A busca incessante da verdade, é substituída pela empregabilidade, pela utilidade, pelo pragmatismo.

Os movimentos de internacionalização se colocam como movimentos de expansão de um “mercado promissor”. A internacionalização se consolida pela via da mercadorização da educação, sobremaneira da educação superior. Não há estudante. O que há é o cliente/consumidor ou força de trabalho potencial. No que se refere ao ensino, a homogeneização de currículos torna-se necessária aos interesses postos pelos cultura da globalização hegemônica. É nesse contexto que a Declaração de Bolonha foi assinada em 1999 e teve como intenção a “retomada da Europa do conhecimento”. E os *rankings* mundiais se consolidaram principalmente a partir das chamadas *World Class Universities*. “Há uma busca de uniformidade, a serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal” (SANTOS, 2015, p.19).

Essa “globalização perversa” (SANTOS, 2015) está cada vez mais presente na ES no discurso da internacionalização carregando em suas propostas a ideia de qualidade e formação diferenciada. No Brasil, o que se percebe é que programas e convênios são ofertados, na sua maioria, a partir de vagas e intercâmbios com instituições de países centrais. A “fetichização” da qualidade e diferenciação na formação encontra estudantes, na sua grande maioria, com dificuldade de domínio de uma língua estrangeira e financiamentos cada vez mais reduzidos, o que tem inviabilizado o acesso ou tornando-se a poucos acessível.

O paradoxo do momento contemporâneo parece ser o avanço significativo da globalização, que poderia construir a sociodiversidade (SANTOS, 2015) ou a constelação de saberes (SOUSA SANTOS, 2006). No entanto, o que se observa é a homogeneização ou “pasteurização” do conhecimento e, a retomada e expansão das fronteiras hegemônicas do conhecimento e da ciência, que parecem cada vez mais fortalecidas. As chamadas

*Word Class Universities*, são para nós exemplificadoras de tais argumentos, ao reforçar as fronteiras hegemônicas com critérios construídos por e para uma minoria.

O conhecimento produzido nas universidades representa um espaço legítimo de poder, definindo limites e prioridades para os que o dominam. A fragmentação do conhecimento, construída historicamente pela racionalidade que a permeia e legitimada desde os departamentos acadêmicos aos *rankings*, confere aos indivíduos instâncias de poder e autonomia, num processo que se auto alimenta. E os movimentos de internacionalização, presentes na universidade, não apenas são reflexos dos movimentos globais, mas foram construídos e legitimados no espaço desta. Tal compreensão nos faz perceber que é neste mesmo espaço que podemos construir possibilidades legítimas de tensionamentos aos modelos hegemônicos.

Santos (2015, p. 20) ao argumentar sobre as possibilidades de outra globalização, traz ao debate a ideia de que novos fatos surgem e nos levam a refletir sobre a emergência daquilo que denominou de “nova história”. O fenômeno da mistura de povos, culturas e gostos em todos os continentes para Santos (2015, p. 21) é um indicativo da possibilidade de mudanças aliada a população aglomerada em áreas cada vez menores. Há nesse processo a possibilidade concreta da “produção de novos discursos, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato”. Para Santos (op.cit. p. 21) “pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica”. As possibilidades e as generosidades decorrentes das contradições parecem estar postas e a universidade como um *locus* privilegiado de produção de conhecimento, aliado ao movimento atual de internacionalização da ES, na medida em que aproxima culturas e povos, parece ter a possibilidade concreta de propor outras formas de construção de conhecimento menos excludente. É possível observar o espaço da contradição e do tensionamento em crescentes movimentos, que buscam repensar a fragmentação e a dualidade, inclusive como forma de legitimar espaços de poder e prestígio e rever o próprio conceito de legitimidade.

Em termos de ancoragem teórico-metodológica, o presente estudo intenciou discutir a internacionalização através de um fio condutor orientado por autores que a subsidiam na perspectiva crítica da racionalidade hegemônica (SOUSA SANTOS, 1997, 2006; SANTOS, 2015) e a relação centro-periferia (DUSSEL, 1973, CANCLINI, 2004 e KRAIMER, 2014). No que tange a escolha dos documentos analisados, destacam-se dois organismos internacionais: o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para escolha dos documentos dois critérios foram

utilizados: as recomendações específicas para a internacionalização da ES e sua produção nos últimos 10 anos (2005 a 2015), considerando que tais documentos influenciam em diretrizes e políticas públicas atuais. O documento do BM foi “*Learning for All: Investing in People’s Knowledge and Skills to Promote Development*” – publicado em 2011 e o da OCDE foi “*Education Policy Analysis: focus on Higher Education – 2005- 2006*” – publicado em 2006.

## **2 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: RAZÕES E ORIENTAÇÕES, ASSIMETRIAS E SINGULARIDADES**

A perspectiva de compreender razões, orientações, assimetrias e singularidades nos movimentos da internacionalização da ES demandam da retomada e problematização do seu conceito. Enfatiza-se como precaução metodológica apontar não apenas o caráter polissêmico do tema, mas também evidenciar que no contexto contemporâneo, a internacionalização da educação tem sido apropriada e ressignificada a partir de parâmetros sem consensos. Tal circunstância pode ser visualizada desde a implantação de projetos pedagógicos bilíngues na Educação Básica, alcançando o espaço dos eventos científicos, das publicações científicas e especialmente, o privilegiado espaço da Educação Superior e da universidade. Ainda, não se pode deixar de problematizar a bricolagem entre os movimentos da Educação Superior no contexto do desenvolvimento da sociedade, como aponta Morosini (2006). Para a autora, a complexidade da internacionalização da Educação Superior reside justamente na diversidade de termos relacionados às fases de tal desenvolvimento cujas dimensões iniciam de forma incidental com incipiente organização, perpassando por fases de significativa organização capitaneada pelos Estados Unidos, alcançando maior efetividade após a guerra fria e potencializada num processo estratégico vinculado à globalização.

A compreensão do conceito de internacionalização a partir de tais dimensões traz como perspectiva de análise, a complexificação do papel da produção do conhecimento científico como estratégia articulada às relações de saberes e poderes, e como consequência, ao entendimento de tal temática inserida numa espécie de geopolítica estruturada para além da divisão internacional do trabalho, mas numa divisão internacional da produção do conhecimento e tecnologia que seriam fundamentais para a configuração e disputas do capitalismo global.

Assim, para uma análise mais acurada, retomamos as concepções elaboradas por Morosini (2006) ao considerar a internacionalização como esforços sistemáticos que visem tornar a ES mais respondente às exigências e desafios da globalização, bem como, das demandas da economia e do mercado de trabalho. Sob esta ótica, é importante estabelecer como referência a chamada “Sociedade da Informação”, que alcançou, tanto no campo discursivo como na materialidade, condições propícias nas últimas décadas do século XX. Como enuncia Lima Filho (2003), o conhecimento e a informação foram considerados elementos centrais das sociedades contemporâneas, aos quais se atribui papel decisivo para o alcance do progresso técnico, do desenvolvimento econômico, da competitividade internacional e da mobilidade social.

Diante de tal cenário, é possível estabelecer relações no sentido de compreender o papel estratégico assumido pela internacionalização, tanto no âmbito das nações como das instituições e organismos considerados portadores de “força política”, no que tange suas orientações, diretrizes, financiamentos e acordos, dentre outras ações conduzidas nos períodos seguintes. Outra contribuição acerca do conceito de internacionalização diz respeito ao processo que leva à integração da dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementação do ensino superior. Assim sendo, trata-se de um processo de mudança adaptado aos interesses individuais de cada instituição sem, necessariamente um modelo genérico (KNIGHT, 2012).

A abordagem teórica acerca do conceito de internacionalização elaborado pela autora encaminha para algumas análises possíveis. A primeira delas se refere à internacionalização como potencial de integração objetivada principalmente pelas experiências interculturais e a produção do conhecimento. De forma inequívoca, as relações internacionais estabelecidas, tanto na esfera das nações, quanto de instituições públicas ou privadas, com maior ou menor grau de sistematização, estão presentes de forma constante no desenvolvimento da ES ao longo dos séculos. Contudo, é importante considerar a interculturalidade também como intenção da internacionalização da ES, mas possuidora de ambivalências. Assim, se é evidente que as experiências da internacionalização têm propiciado dinâmicas que valorizam a diversidade cultural e a multiculturalidade, não se pode verificar a interculturalidade apenas como experiência ingênua, mas como patrimônio. Como evidencia Canclini (2004), uma abordagem crítica sobre a qual nos deparamos acerca da interculturalidade deve necessariamente partir do entendimento da tríade: diferentes, desiguais e desconectados. Para o autor, compreender a interculturalidade sob tal panorama significa reconhecer os confrontos e

entrelaçamentos que ocorrem quando os grupos se inserem em relações e intercâmbios, de forma que ambos implicam nos modos de produção social. Logo, se a multiculturalidade supõe a aceitação do heterogêneo, a interculturalidade, por sua vez, implica conceber que os diferentes são o que são em relações de negociação, conflitos e concessões recíprocas. Outro aspecto de tal ambivalência diz respeito à internacionalização da ES como estratégia de reforço relativo ao patrimônio, de forma subjacente, a partir da difusão e produção/reprodução do conhecimento científico, como exemplifica Canclini (2004), ao tratar dos estadunidenses que não sentem necessidade de saber mais do que a língua inglesa ou de conhecerem sua história apenas pelo cinema e televisão americanas.

Assim, o fortalecimento das hegemonias em tempos de globalização, estão inseridas no paradoxo contemporâneo - em que pese, as fronteiras tenham sido redimensionadas pela globalização, verifica-se um acirramento em torno das fronteiras relativas às forma/conteúdo pelas quais o conhecimento científico será produzido, principalmente pela homogeneização (agendas, epistemologias, redes de pesquisa). Tal relação pode ser exemplificada pela definição de *rankings* que terminam por orientar modelos específicos de arquiteturas universitárias em detrimento de outros. Este cenário é ainda mais intenso no espaço da periferia, como aponta Kreimer (2014) ao evidenciar as perdas de uma margem de negociação para as agendas de pesquisa, em vista de uma tendência de estabelecimento de contratos fechados nos quais os pesquisadores de elite dos países não hegemônicos são convidados a participar de consórcios internacionais, porém, com condições de acesso cada vez mais restritas, cujas margens de negociação são mínimas.

Logo, se a interculturalidade pode ser verificada no âmbito da internacionalização da ES como contraditória, também não se pode analisar de maneira apressada os possíveis benefícios decorrentes de tal processo. É fundamental reconhecer que a internacionalização da ES pode atingir de fato tais expectativas e razões, da mesma forma que se reconhece a internacionalização como potencial de alavancagem não apenas na qualidade do conhecimento produzido, mas no que tange sua difusão e alcance de quem dele necessita. Contudo, é importante considerar que tal integração sustentável ainda que pressuponha parâmetros de igualdade, tampouco tem alcançado critérios de equidade. Desconsiderar tais diferenças ou desigualdades como precaução teórico-metodológica das dinâmicas de internacionalização, significa também desconsiderar a existência de um campo de disputas e coalizões que têm repercutido para continuidades

e rupturas no cenário da Educação Superior global, das definições de suas agendas e dos espaços de atuação dos membros da comunidade de pesquisa. Assim, as razões em torno da internacionalização assumem complexidades engendradas tanto no que diz respeito ao contexto sociocultural, político, econômico e acadêmico, conforme aponta Knight (2004).

Ainda, debruçar-se sobre tais razões, importa estabelecer um paralelo com as orientações verificadas em documentos elaborados pelos organismos portadores de força política para a internacionalização. Denota-se sobremaneira, um alinhamento entre o que é concebido como razões que impulsionam a internacionalização e as categorias consideradas prioritárias de tal movimento, como se verifica no quadro a seguir:

<b>Categorias</b>	<b>BM</b>	<b>OCDE</b>
<b>Privatização</b>	“(…) um sistema de ensino inclui beneficiários e partes interessadas – alunos e estagiários, suas famílias e comunidades, bem como, os empregadores cujos impostos, escolas e “voz” podem ser forças potenciais para melhorar a forma como o sistema funciona” (p. 31).	“(…) parcerias público-privadas podem promover a cooperação entre agências governamentais, laboratórios, universidades e do setor privado na realização de pesquisas conjuntas ou na construção de infraestruturas de conhecimento. Instituições profissionais e técnicas podem ser eficazes no apoio às pequenas e médias empresas.” (p. 24).
<b>Financiamento</b>	“(…) O Banco apoiará operações que estabelece um ciclo de feedback entre financiamento e resultados. Financiamento inteligente significa que a ajuda financeira do Banco serão cada vez mais voltada para resultados mensuráveis específicas acordadas com os países” (p. 65)	“Mudanças na governança e no financiamento podem tornar as organizações de ensino superior mais sensíveis às necessidades econômicas e sociais. Isso pode incluir mudanças no mix de financiamento de projetos e subvenções globais institucionais, aumentos seletivos de financiamento para campos de pesquisa que estão ligados a necessidades sociais e econômicas, e novas estruturas organizacionais que concentram conhecimentos e fomentam a investigação no nexos de várias disciplinas” (p. 24).

<b>Qualidade, eficiência e equidade</b>	“A nova estratégia centra-se na aprendizagem por uma razão simples: o crescimento, o desenvolvimento e a redução da pobreza dependem do conhecimento e das habilidades que as pessoas adquirem, não apenas o número de anos que eles estão em sala de aula. No nível individual, enquanto um diploma pode abrir as portas para o emprego, são as habilidades de um trabalhador que determinam sua produtividade e capacidade para se adaptarem às novas tecnologias e oportunidades (p. 25).	“Recursos humanos de alta qualidade são essenciais para o ensino, pesquisa missões públicas de serviço dos sistemas de ensino superior e da eficácia de sua contribuição para a pesquisa, inovação e crescimento. Atrair os melhores talentos requer bons padrões, a equidade em contratação, boas condições de trabalho e uma boa liderança institucional” (p. 25).
<b>Avaliação</b>	“Uma vez que a avaliação gera resultados, eles podem informar a prática operacional. Resultados fornecem feedback em tempo real que permite um projeto a ser avaliado, elas também ajudam a estabelecer prioridades e alocar recursos em um país cliente, a longo prazo. Uma vez que as avaliações de intervenções foram realizadas, os resultados são sintetizados em nível global e usado para orientar as reformas e inspirar inovações em outros países ( p. 41)	“A avaliação regular deve ser considerada como um sistema integrado., parte da rotina da vida profissional. É preciso haver uma maior ênfase na avaliação de professores para efeitos de melhoria (ou seja, avaliação formativa). Isso pode ser discreto e de baixo custo, e incluem auto-avaliação, avaliação informal de pares, observação de aulas, conversas e feedback regular por parte do diretor e de colegas experientes (p. 107).

**Quadro 1 – Categorias elaboradas a partir dos documentos do BM (2011) e OCDE (2006).  
Fonte: Dados da Pesquisa.**

Ao analisar o quadro elaborado a partir dos dois documentos objetos do estudo, as categorias “Privatização”, “Financiamento”, “Qualidade, Eficiência e Equidade” e “Avaliação” emergiram constituídas a partir de núcleos de sentidos convergentes e recorrentes. Ao verificar os aspectos dos discursos presentes nos excertos, é possível verificar com maior clareza uma espécie de racionalidade orientada e conduzida pela atmosfera da iniciativa privada. Sob mesmo viés, é possível compreender a relação entre tais categorias e as estratégias da internacionalização da ES, a partir de argumentos específicos. O primeiro argumento diz respeito ao fato da produção do conhecimento científico, com especial ênfase nas últimas décadas, constituir-se como nicho de mercado altamente rentável, cuja intensificação da exploração além das fronteiras nacionais repercutiu também para a expansão da Educação Superior, também com a criação de instituições de ensino transnacionais ou de capital aberto, sujeitas ao investimento e a rentabilidade do capital mundial. No que concerne às orientações sobre as fontes de financiamentos e seus respectivos destinos, são verificadas as estreitas relações entre

financiamento e resultados mensuráveis, principalmente se empregados em áreas consideradas estratégicas, na maior parte dos casos, alinhadas às agendas que tem como predominância conhecimentos, técnicas e tecnologias consideradas imprescindíveis aos modelos de crescimento ou desenvolvimento econômico, em detrimento do desenvolvimento social ou sustentável. O terceiro argumento, atinente aos critérios de qualidade, eficiência e equidade, parecem estabelecer maior aderência ao contexto da internacionalização da ES, na medida em que esta assume condição muitas vezes determinante para a qualidade da formação dos quadros de recursos humanos destinados à produção/reprodução do conhecimento científico e do capital. Neste sentido, é importante considerar que no imaginário social, muitas vezes reforçado pelos discursos acadêmicos e de comunicação de massa, a internacionalização por si mesma seria responsável pela formação diferenciada e de excelência dos futuros integrantes da comunidade de pesquisa. Isso significa atentar-se, como dito anteriormente, para um movimento de “fetichização” da internacionalização, com possíveis implicações para a inserção no mercado de trabalho, políticas de remuneração diferenciada ou hierarquização do status atrelado às instituições certificadoras. O quarto e último argumento estabelece diálogos entre a internacionalização da ES e a avaliação. Para tal circunstância, assume-se que a internacionalização fora também alçada à condição de critério avaliativo, na medida em que seu grau é compreendido, principalmente no âmbito da Pós-Graduação, como elemento atrelado ao impacto produzido pelos Programas, tanto no que diz respeito à inserção e participação em redes de pesquisas, publicações em eventos ou periódicos considerados qualificados pela comunidade de pesquisa.

Ante o exposto, emerge como possibilidade de análise os desdobramentos de tais orientações e argumentos no contexto das políticas públicas no cenário nacional. Para tanto, estabeleceu-se como recorte metodológico, as metas que contemplam a internacionalização no Plano Nacional de Educação (2014-2024), extraídas no quadro a seguir:

<b>Metas</b>	<b>Estratégias</b>
--------------	--------------------

<p><b>Meta 12:</b> elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.</p>	<p>(12.12) ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.</p>
<p><b>Meta 13:</b> elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.</p>	<p>(13.7) fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas e de educação superior, com vistas a atuação regional, inclusive por meio de um plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.</p>
<p><b>Meta 14:</b> elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.</p>	<p>(14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.  (14.10) promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.  (14.13) aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior – IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT's.</p>

**Quadro 2: Metas e Estratégias vinculadas à internacionalização**

Fonte: PNE (2014)

Ao esmiuçar as metas estabelecidas no PNE a partir das estratégias de ação, verifica-se um alinhamento em relação às categorias orientadoras presentes nos documentos dos organismos internacionais, seja nos requisitos qualitativos como quantitativos. Se o intuito presente consistisse numa síntese apressada e fundamentada na racionalidade hegemônica vigente, poderia se considerar que os rumos tomados pelo PNE acerca da internacionalização da Educação Superior estão assentados nas orientações prescritas pelos organismos internacionais e, portanto, com condições de resultados exitosos no futuro próximo. No entanto, considerando a abordagem crítica adotada para tal análise, emerge a necessidade de estabelecer como tensão e contradição a relação entre centro e periferia, especialmente caracterizada pelo direcionamento Norte-Sul, estabelecida nas entrelinhas de tais metas e estratégias e de forma mais explícita, nos planos de ações e programas efetivamente implementados no país.

Nesta lógica, é importante evidenciar que as dinâmicas presentes nos movimentos da internacionalização da ES no panorama brasileiro precisam ser contextualizadas a partir das assimetrias inerentes à racionalidade hegemônica, na qual se produz o conhecimento científico. Tais assimetrias, inequivocamente, precisam ser discutidas de forma ampliada, principalmente no sentido de aprofundar os debates acerca dos discursos de modernização, a ótica do Eurocentrismo ou da relação Norte-Sul, como processos que evidenciam relações desiguais e de dependência.

Da mesma maneira, voltar o olhar ao contexto latinoamericano inserido nos movimentos da internacionalização da ES, demanda retomar as trajetórias históricas contraditórias sobre a região. O primeiro aspecto dialoga à gênese colonial imbricada na racionalidade e nos modelos universitários existentes. Por outro lado, é inequívoca a compreensão de que a América Latina possui singularidades em termos de arranjos sociais, culturais, da formação de seus sujeitos que atribuem dinâmicas diferenciadas à permeabilidade da lógica hegemônica, como apontado por Santos (2015), implicando na existência de condições possíveis de resistência, configurando outras relações e espaços.

No entanto, tais dinâmicas precisam ser concebidas nos tensionamentos de uma integração subordinada, como aponta Kraimer (2014), sustentada a partir dos seguintes argumentos: a) apesar da existência de pesquisadores efetivamente integrados, há assimetrias verificadas em grupos mal integrados, implicando num grau de internacionalização deficiente, quase nulo, repercutindo na maior parte dos casos em vínculos estabelecidos de forma isolada e pouco institucionalizadas; b) a reprodução de centros e periferias locais, a partir das relações de prestígio local e vínculos com centros de pesquisa internacional, que condiciona à participação de redes mundiais ao estabelecimento das agendas definidas por estes; c) a existência de uma margem de manobra presente no contexto latinoamericano, justificada pelos interesses dos centros, na medida em que métodos e objetos de pesquisa escolhidos localmente respondem aos interesses hegemônicos.

Outra singularidade atinente à internacionalização como possibilidade de tensionamentos e resistência diz respeito às intenções e ações produzidas a partir das Epistemologias do Sul, sinalizadas por Sousa Santos (2006) e Santos (2015). Trata-se, pois, da tomada da consciência histórica de reconhecer nos espaços da periferia o seu patrimônio negado e desqualificado pela racionalidade hegemônica, a partir do estabelecimento de relações com maior simetria, por meio de diálogos de saberes

interculturais, em que há possibilidade efetiva da produção de conhecimento científico sustentado em bases que considerem métodos e técnicas genuínas produzidas localmente. Assim, assume-se como potencialidade dos movimentos e tensionamentos da internacionalização da ES, o papel da universidade como *locus* privilegiado para a construção de racionalidades emergentes pautadas pelo diálogo de saberes críticos, prospectivos e propositivos.

### 3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Considerando que o objetivo proposto foi problematizar o conceito de internacionalização da Educação Superior, de forma a compreender movimentos e tensionamentos relativos à racionalidade hegemônica, algumas sínteses emergiram. A primeira síntese aponta para a internacionalização da ES como tema emergente e estratégico no bojo das metamorfoses da globalização e do capital, cujas intenções residem na homogeneização da produção conhecimento, a vinculação de tal produção ao constructo da Sociedade da Informação como determinante da qualidade, eficiência e desenvolvimento, amparados na fetichização de tal processo, tornando-a como meta a ser atingida a qualquer preço tanto pelas nações, quanto pelas instituições e comunidade acadêmica.

Na segunda síntese, foi possível observar alinhamentos entre as orientações presentes nos documentos internacionais relacionados às políticas públicas nacionais. Pode-se pontuar como intersecções aspectos de privatização, financiamento, eficiência, qualidade, equidade e avaliação, como principais categorias e estratégias orientadoras de ações decorrentes da internacionalização.

A terceira síntese produzida evidenciou a problematização da internacionalização a partir das assimetrias existentes na relação centro-periferia e Norte-Sul, sustentadas pela racionalidade hegemônica orientada sob um discurso modernizante cuja intenção de integração subordinada traz como consequências, a produção/reprodução das gêneses coloniais e dos interesses de reforço das desigualdades. No entanto, verifica-se no espaço da América Latina tensionamentos singulares, principalmente no que se refere às Epistemologias do Sul, cujas condições de maior simetria podem atribuir à universidade, um *locus* privilegiado para a construção de

racionalidades emergentes pautadas pelo diálogo de saberes críticos, prospectivos e propositivos.

Logo, a legitimidade do conhecimento produzido nas universidades consolida também uma forma de ensinar e aprender e retroalimenta a produção científica. Dessa forma, fica evidente a necessidade do aprofundamento de estudos e pesquisas sobre a internacionalização da Educação Superior, a partir de abordagens para além da perspectiva contemplativa que reforçam o caráter desigual das relações centro-periferia como circunstâncias postas, sem possibilidades de tensionamentos e resistências.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Learning for All: investing in people's knowledge and skills to promote development.** 2011. Disponível em: [http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/ESSU/Education\\_Strategy\\_4\\_12\\_2011.pdf](http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/ESSU/Education_Strategy_4_12_2011.pdf). Acesso em: 11 nov. 2015.

BRASIL. Ministério Da Educação – MEC. **Plano Nacional de Educação (2014- 2024).** 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>.> Acesso em fevereiro de 2017.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad.** Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

CHARLE. Chistophe e VERGER, Jacques. **História das Universidades.** São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1996.

DUSSEL, Henrique. **América Latina: dependência e libertação.** Buenos Aires: Fernando Garcia Cambeiro, 1973.

KNIGHT, Jane. Internationalization Remodelled: Definitions, Rationales and Approaches. **Journal of Studies in International Education.** 2004. Disponível em: < [http://www.truworld.ca/\\_\\_shared/assets/Internationalization-Remodeled29349.pdf](http://www.truworld.ca/__shared/assets/Internationalization-Remodeled29349.pdf)>. Acesso em 29 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Cinco Verdades Sobre Internacionalização. International Higher Education. Publicação Trimestral do Center for International Higher Education. **Journal for Studies in International Education.** Número 69. 2012. Disponível em: . Acesso em 29 fev. 2016.

KREIMER, Pablo. Internacionalização e tensões da ciência latino-americana. Artigos e Ensaios. IN: Estudos de CTS – **Estudos sociais e conceituais de Ciência, Tecnologia e Sociedade.** Disponível em: <https://estudosdects.wordpress.com/2014/08/29/internacionalizacao-e-tensoes-da-ciencia-latino-americana/>.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Breve ensaio sobre as virtudes da virtualidade: elementos para uma crítica ao conceito de sociedade da informação. IN: QUELUZ, Gilson L. **Tecnologia e Sociedade: (im)possibilidades**. Curitiba: Torre de Papel, 2003.

MOROSINI, M. C. Internacionalização da Educação Superior: um modelo em construção? Jorge Luis Nicolas Audy e Marília Costa Morosini (Orgs). **Inovação e empreendedorismo na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

PEREIRA; Elisabete Monteiro de Aguiar. A Universidade Da Modernidade Nos Tempos Atuais. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 29-52, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a03v14n1.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2016.

PEREIRA; Elisabete Monteiro de Aguiar e ALMEIDA, Maria de Lurdes Pinto de. **Universidade Contemporânea: políticas do processo de Bolonha**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

OCDE. **Education Policy Analysis: focus on Higher Education – 2005-2006**. 2006. Disponível em: <<https://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/38141541.pdf>> Acesso em: 17 nov. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf> > Acesso em: 20 de junho de 2016.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul**. Sociologias, Porto Alegre, RS, ano 18, nº 43, set/dez 2016, p. 24-56 . Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/65699/39125>> Acesso em: 10 fev. 2017.